

**ATA DA 522ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025**

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se, de forma virtual por meio da plataforma Microsoft Teams, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a 522ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Dr. André de Albuquerque Garcia, estando presentes os seguintes Conselheiros(as): Caroline Santos Lima, Walter Nunes da Silva Júnior, Bruno Dias Cândido, Davi Márcio Prado Silva, Douglas de Melo Martins, Kátia Regina de Abreu, André Alisson Leal Teixeira, Arthur Richardisson Evaristo Diniz, Josefa Elizabeth Paulo Barbosa, Paulo Augusto Oliveira Irion e Vanessa Luz. Registrou-se, ainda, a presença de Ana Clara Soares Lopes, assistente do Conselheiro Murilo Andrade de Oliveira, representando o mesmo na reunião. Ausentes, os Conselheiros Murilo Andrade de Oliveira (representado), Pierpaolo Cruz Bottini, Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Marcelo Pimentel de Oliveira, Ana Elisa Liberatore Silva Bechara, Herbet Gonçalves Santos, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Vidal Serrano Nunes Júnior e Luciana Gomes Ferreira de Andrade.

O Presidente do Conselho declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas aos conselheiros e participantes. Declarou aberta a sessão, saudando os presentes e dando continuidade à pauta prevista. Inicialmente, foi tratada a aprovação da Ata da 521ª Reunião Ordinária. Na sequência, passou-se à discussão da Minuta do novo Regimento Interno do CNPCP, apresentada pelo Conselheiro Davi Márcio Prado Silva, relator da proposta. O relator destacou que o texto propõe a atualização estrutural do Regimento, com inovações como: distinção funcional entre conselheiros titulares e suplentes, estabelecimento de prazos para tramitação de expedientes, normatização das atribuições da Secretaria Executiva e previsão formal de reuniões presenciais, virtuais e por videoconferência. Também apresentou sugestões para delimitar o uso de sessões virtuais assíncronas, a fim de evitar o esvaziamento do debate colegiado. Durante as discussões, os conselheiros manifestaram-se amplamente sobre o tema. O Conselheiro Arthur Richardisson sugeriu a inclusão de um período de recesso processual (20/12 a 06/01), o aperfeiçoamento das regras referentes à interdição de unidades prisionais, bem como a consolidação de um repositório de resoluções e a definição de critérios para audiências públicas. A Conselheira Caroline Santos Lima manifestou apoio à estrutura proposta, ressaltando a importância de um texto principiológico que preserve a flexibilidade dos grupos de trabalho. O Presidente Douglas Martins reforçou a necessidade de cautela para

evitar engessamento do Regimento, enfatizando que as regras devem permitir a atuação técnica e eficiente dos conselheiros, sem comprometer a pluralidade de opiniões. O Conselheiro Walter Nunes pontuou preocupações quanto à compatibilidade entre o Regimento e os fluxos do SEI, bem como quanto ao uso de instrumentos eletrônicos adequados para tramitações deliberativas. O Presidente sugeriu que as contribuições sejam reunidas e consolidadas pelo relator, com vistas à elaboração de uma proposta final, para posterior deliberação na próxima sessão. Destacou-se que o texto deverá preservar a coerência com a Lei de Execução Penal e com o Decreto nº 11.348/2023. Na parte final, a Conselheira Kátia Abreu apresentou comunicação sobre o pedido formulado pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário (SEMPRE) para realização de debate sobre cogestão prisional, com a presença de secretários estaduais. O Plenário deliberou pelo recebimento do requerimento formal e, após análise da proposta, o colegiado decidirá sobre o formato do evento (audiência pública ou sessão temática). Por fim, o Presidente informou que a próxima reunião ordinária do CNPCP será realizada no dia 14 de novembro de 2025, em formato virtual, conforme o calendário previamente divulgado pela Secretaria Executiva. Assim, após os membros deliberarem sobre os pontos tratados durante a reunião, definiu-se pelos seguintes encaminhamentos: 1 – Consolidação da Minuta do Regimento Interno pelo relator Davi Márcio Prado Silva, com base nas sugestões apresentadas, para votação na próxima reunião; 2 – Atualização do Grupo de Trabalho do Indulto, a ser apresentada na próxima sessão; 3 – Recebimento do requerimento do Sindicato SEMPRE, para posterior deliberação sobre o formato de debate (audiência pública ou sessão temática). O Presidente agradeceu a participação dos conselheiros, ressaltou a relevância dos debates e informou da próxima Reunião Ordinária marcada para 14 de novembro de 2025, em formato virtual, conforme calendário institucional do CNPCP. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 522ª Reunião Ordinária do CNPCP às dez horas e doze minutos. Para constar, lavrou-se a presente ata por Joelmir dos Santos, servidor mobilizado do CNPCP/MJSP.

André de Albuquerque Garcia

Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária